

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

PAULA REGINA PEREIRA MARCELINO

Memorial

Apresentado para o concurso docente

Sociologia Clássica e Contemporânea

Edital nº 008/2010

São Paulo, outubro de 2010

MEMORIAL

Conhecida de muitos deve a ser a tensão que se experimenta no momento de se escrever um memorial. Se, de um lado, há o desejo e a necessidade de fazer com que seus pares reconheçam o seu próprio mérito acadêmico, de outro, há um grande risco: montar uma narrativa teleológica, como se cada passo da carreira fosse uma escolha consciente e, em alguma medida, pré-determinada por um destino traçado por propensões pessoais. Uma narrativa como essa estabelece, necessariamente, conexões artificiais entre os diversos acontecimentos. Ademais, a tensão também resulta do medo de se incorrer na apologia da própria trajetória. Tênué é a linha que separa a vaidade de uma descrição honesta de percurso.

O memorial que ora inicio terá como meta evitar a prolixidade e apresentar de forma comentada, mas objetiva, minha trajetória intelectual e profissional diretamente vinculada à pesquisa e ao ensino.

1. Magistério e Graduação em Ciências Sociais

Toda a minha formação escolar e acadêmica se deu em instituições públicas na cidade de Campinas, interior do estado de São Paulo.

Embora eu faça parte de uma geração que encontrou o ensino fundamental e médio em grave estado de degradação e abandono, tive a oportunidade de cursar, entre os anos de 1989 e 1992, um bom colegial, mais precisamente, um bom curso de magistério numa instituição muito especial, hoje extinta, denominada CEFAM (Centro Específico de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério). Pude ingressar no CEFAM após ser aprovada num exame vestibular no qual se inscreviam estudantes de oitava série. No CEFAM, estudávamos em regime de período integral, tínhamos uma bolsa de estudo equivalente a um salário mínimo e desfrutávamos de um corpo docente formado por grande número de mestres e doutores, a maioria formada e titulada na Unicamp – a qualificação do corpo docente do CEFAM estava muito acima daquela dos melhores colégios privados. Foi o curso de magistério do CEFAM que despertou em mim o interesse e o gosto pelas ciências sociais. Formei-me professora do ensino fundamental no final de 1992. Dois anos mais tarde fui aprovada nos vestibulares da USP, da Unicamp e da UFMG – nos três casos, para o Curso de Graduação em Ciências Sociais. Optei por cursar a Unicamp. Eu tinha uma ótima imagem da Universidade de Campinas que me fora transmitida pelo trabalho dos meus professores do CEFAM e, ademais, Campinas era, economicamente, a solução mais viável para mim.

Em 1993 iniciei meu trabalho como professora do ensino fundamental, atividade à qual me dediquei durante sete anos, cinco dos quais, entre 1995 e 1999, foram divididos com a minha atividade como estudante do Curso de Graduação em Ciências Sociais da Unicamp. Continuar trabalhando como professora primária durante a graduação foi uma necessidade econômica e não uma escolha livre. Não creio, contudo, que ter trabalhado ao longo do Curso de Graduação tenha prejudicado minha formação. Primeiro, porque a experiência como professora de crianças foi um elemento enriquecedor na minha trajetória profissional. Ela foi a base para a construção de uma postura profissional diante do ato de ensinar: lidando todos os dias com crianças em fase inicial de escolarização, aprendi a importância de respeitar e conhecer a forma de cada um aprender; construí, diante do processo de avaliação, uma postura que consiste em tentar compreender quais são as responsabilidades, os limites e os méritos do professor, do aluno e do sistema escolar nos sucessos e nos fracassos dos alunos; entendi a importância do aperfeiçoamento constante e da valorização das preocupações da pedagogia com o processo de ensino/aprendizagem. Em segundo lugar, como não podia dedicar-me em tempo integral à graduação, resolvi completá-la não no período indicado de quatro anos, mas em cinco. Essa escolha me ajudou a obter um bom aproveitamento das disciplinas (fato que pode ser comprovado pelas notas do meu histórico escolar) e ofereceu-me também o tempo necessário para amadurecer um projeto de monografia que pudesse ser aprofundado no nível de mestrado.

Meu ingresso na graduação em Ciências Sociais na Unicamp se deu numa época em que esse curso já estava bastante consolidado. Até o início da década de 1980, todos os alunos que ingressavam no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) cursavam disciplinas de um curso básico antes de escolher aquele que iriam seguir – Economia, Linguística ou Ciências Sociais. Na década seguinte, foi extinto o curso básico do IFCH e foi criado um núcleo comum de disciplinas de Sociologia, de Ciência Política e de Antropologia obrigatórias para todos os graduandos em Ciências Sociais. Houve, assim, uma rica desagregação temática das disciplinas, o que representou um ganho para a formação específica do cientista social. Os temas nobres de cada uma dessas disciplinas tornaram-se objeto de cursos específicos, enriquecendo a formação do estudante. Num estágio avançado do curso de graduação, podíamos optar pela especialização em uma modalidade. Tendo optado pela modalidade “Licenciatura em Sociologia”, cursei uma gama variada de disciplinas de formação básica nessa área (Sociologia de Marx; Sociologia de Weber; Sociologia de Durkheim; Sociologia Contemporânea; Estrutura e estratificação social; Metodologia e técnica de pesquisa; Epistemologia das Ciências Sociais; Formação da sociedade brasileira; Pensamento social no Brasil) e outras de caráter mais acentuadamente temático (tais como Sociologia rural e Sociologia do conhecimento). Cursei também várias disciplinas da modalidade “Ciência Política”. Esse interesse pela área limítrofe ou, para dizer mais

apropriadamente, pela interface entre sociologia e ciência política, se consolidou ao longo da pós-graduação. A manifestação mais evidente desse interesse foi a escolha pelos estudos sobre relações de trabalho e sindicalismo. O estudo do movimento dos trabalhadores exige do pesquisador a incursão tanto em temáticas tipicamente sociológicas quanto de Ciência Política. Certamente, essa escolha temática foi influenciada também por fatores de outras ordens (história familiar, interesses e oportunidades na escolha de orientador, etc.).

Ao longo da minha formação na Unicamp, tive a oportunidade de cursar disciplinas com professores que são pesquisadores bastante reconhecidos e respeitados nas suas respectivas áreas: Ricardo Antunes, meu orientador até o doutorado, pesquisador das questões do trabalho; Renato Ortiz, sociólogo da cultura e estudioso da obra de Pierre Bourdieu; Armando Boito Júnior, autor de importantes estudos sobre sindicalismo e processos políticos contemporâneos; Élide Rugai Bastos, especialista em temas da sociologia brasileira; Edmundo Fernandes Dias, estudioso da obra de Gramsci; Josué Pereira da Silva, pesquisador que tem se dedicado às teorias sociológicas contemporâneas sobre desigualdade e diferença; Glauco Arbix, pesquisador das relações de trabalho e dos processos industriais; Rachel Meneguello, pesquisadora da política brasileira, dentre outros. Creio que ter sido aluna de tais professores me propiciou, além do contato com pesquisas avançadas em variados temas, uma formação sólida e abrangente em Ciências Sociais.

2. Mestrado em Sociologia e pesquisa de campo

A minha primeira experiência como pesquisadora deu-se no final da graduação, no decorrer do ano de 1999, quando fiz uma primeira exploração bibliográfica sobre o que se convencionou chamar de crise e reestruturação capitalista da década de 1970. Com a monografia intitulada *A Precarização do Trabalho: leituras sobre a crise e a reestruturação do capital*, acredito que dei os primeiros passos para a construção de um eixo de pesquisa que se manteve até o doutoramento: a compreensão das relações de trabalho no capitalismo contemporâneo. A escolha desse eixo temático me levou a um aprofundamento das leituras específicas das áreas de trabalho e sindicalismo, mas me impulsionou – como, ademais, convém a qualquer pesquisador – a buscar bibliografias e experiências exteriores à sociologia do trabalho. Há uma premissa metodológica que fundamenta essa postura: um objeto tem sempre múltiplas determinações, desaconselhando a especialização rígida e precoce de quem o trata.

Ainda no final de 1999, apresentei um projeto de mestrado ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), cujo objetivo era compreender como se dava a terceirização do trabalho na Honda do Brasil e como reagiam os operários

subcontratados diante dessa situação. A motivação acadêmica para a escolha desse objeto foi o interesse em estudar como o toyotismo se implantava no Brasil, um país de capitalismo periférico e dependente, em uma empresa precursora dos modelos japoneses de gestão e organização do trabalho. Nessa definição do objeto também foi determinante o fato que eu considerava importante para a minha formação intelectual adquirir experiência com a pesquisa de campo.

Não foi uma pesquisa simples de ser realizada. A empresa não permitiu, em nenhum momento, que eu entrasse na fábrica; a alegação era a de que eles não dispunham de pessoal especializado para atender demandas de pesquisadores. Os problemas impostos pelo próprio objeto de pesquisa e mais os percalços enfrentados para concretizá-la obrigaram-me a ler e refletir bastante sobre metodologia de pesquisa: quais estratégias de pesquisa utilizar para compreender o funcionamento da fábrica sem poder realizar observação no local? Como realizar entrevistas sociologicamente confiáveis ou como minimizar os fatores de enviezamento da pesquisa se os trabalhadores eram entrevistados no ambiente familiar? A utilização de questionários é viável quando a empresa intimida os trabalhadores para não concederem entrevistas? A escolha da entrevista qualitativa com roteiro de questões semi-dirigidas e a elaboração e a organização das questões foram acompanhadas de inúmeras leituras na área de metodologia, dentre as quais destaco duas: *O Ofício de Sociólogo*, de Pierre Bourdieu, e *Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária*, de Michel Thiollent. Foram importantes, também, os debates na disciplina de Metodologia científica e algumas reuniões de orientação.

Embora houvesse um conjunto de estudos acumulados sobre toyotismo, reestruturação produtiva e terceirização (sobre esse último tema, basicamente nas áreas de direito e administração), não havia no Brasil estudos que tivessem como objeto as grandes empresas japonesas instaladas no Brasil já na década de 1990¹. Ademais, algumas teses sobre o toyotismo no Brasil ainda estavam por serem testadas: seria correto afirmar a existência de um toyotismo sistêmico a partir da década de 1990, como pretende Giovanni Alves (*O Novo [e Precário] Mundo do Trabalho*, São Paulo: Boitempo, 2000)? A terceirização representaria, de fato, uma precarização das condições trabalho, como afirmava Graça Druck (*Terceirização: [des] Fordizando a Fábrica*, São Paulo: Boitempo, 1999)?

Como estudo exploratório que era, penso que minha pesquisa trouxe contribuições quando mostrou 1) que falar em toyotismo sistêmico no país pode ser uma generalização abusiva quando podemos constatar que, mesmo dentro de uma indústria japonesa, os métodos de gestão guardam muito da herança taylorista/fordista tal qual essa herança tinha se aclimatado às

¹ Até onde pude apurar, a minha pesquisa sobre a Honda e o estudo de Eurenice de Oliveira sobre a Toyota (*O Toyotismo no Brasil*, São Paulo: Expressão Popular, 2004) foram pesquisas pioneiras no estudo de indústrias japonesas na América Latina já sob o signo da reestruturação produtiva capitalista das empresas.

condições da sociedade brasileira e 2) que a terceirização é, de fato, uma forma de precarização das condições de trabalho e, como tal, é um dos pilares de sustentação dos chamados métodos flexíveis de gestão e organização do trabalho. A precarização do trabalho é uma face da reestruturação produtiva da empresa capitalista. Assim, a pesquisa aponta que dentro desse processo de precarização, terceirizar parte das tarefas de produção é, fundamentalmente, uma estratégia de redução de custos com a força de trabalho e um mecanismo de fragmentação da luta dos trabalhadores. Esses processos não acontecem, entretanto, sem a resistência desses trabalhadores. Trata-se, contudo, de um quadro complexo, pois a subjetividade que se constrói no processo de trabalho revela uma atitude contraditória, dividida entre resistir e consentir, entre defender os próprios interesses ou colaborar com os interesses da empresa.

Em agosto de 2004, o texto integral da dissertação, *A Logística da Precarização: terceirização do trabalho na Honda do Brasil*, foi publicado pela editora Expressão Popular. Menos de dezoito meses depois, os 1500 exemplares do livro estavam esgotados. Em março de 2009 o livro teve sua primeira reimpressão; mais 500 exemplares impressos. Em janeiro de 2010 novamente os exemplares à venda se esgotaram. Tive oportunidade de discutir os resultados dessa pesquisa de diferentes formas: a) proferi sete conferências, entre 2003 e 2010, a convite de diversas universidades brasileiras (tais como USP-Ribeirão Preto, UNESP-Botucatu, UESB-Vitória da Conquista, entre outras) e de entidades sindicais. As repercussões dessa pesquisa fazem com que eu ainda receba, seis anos depois da sua publicação, convites para conferência. As últimas delas foram: na Universidade Federal de Alfenas, campus de Varginha (MG) e na *Semana Expressão Popular nas Universidades*, na Unicamp, ambas em maio de 2010; b) apresentação de trabalhos em congressos, com destaque para o Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) em 2003; c) além da publicação da versão integral em forma de livro, essa pesquisa também foi a base de outras três publicações: duas na França (1- um capítulo de livro, publicado em 2007 pela editora l'Harmattan, "Discours, savoir et pouvoir dans l'entreprise: domination et résistance face à la precarization du travail chez Honda au Brésil", In: *Le Brésil à l'Épreuve de La Modernité: discours, savoir et pouvoir*, 2- um artigo na revista *Autrepart*, número 47, 2008, intitulado "La sous-traitance chez Honda du Brésil : quelques aspects des processus de travail, de la discrimination et de l'organisation syndicale") e uma no Brasil ("Honda. Terceirização e precarização: a outra face do toyotismo" In: *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*, Boitempo, 2006).

3. Doutorado em Ciências Sociais e a pesquisa sobre as novas faces do sindicalismo

A dissertação foi defendida em agosto de 2002. Em março de 2003, iniciei o Doutorado em Ciências Sociais também na Unicamp. O objeto de estudo do doutorado foi fruto da pesquisa de mestrado. Depois de observar o caso da Honda, em que dois sindicatos ligados a centrais sindicais diferentes disputavam a representação dos trabalhadores terceirizados, tracei como objetivo fundamental da pesquisa entender como atuava o sindicalismo brasileiro junto aos trabalhadores subcontratados em regime de terceirização em diferentes setores da economia. Elaborei um plano de pesquisa contemplando a experiência de dois grandes sindicatos de Campinas (SP), vinculados a categorias numerosas: o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Construção, Mobiliário, Cerâmica, Montagens Industriais, Mármore, Granitos, Cimento, Cal e Gesso (Sinticom) e o Sindicato dos Empregados de Agentes Autônomos do Comércio e em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e de Empresas de Serviços Contábeis de Campinas (SEAAC). Cada um deles possui mais de dez mil trabalhadores em sua base legal. Tanto o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil (Sinticom), quanto o Sindicato dos Comerciantes (SEAAC), incorporaram em sua base trabalhadores subcontratados – o Sinticom representa legalmente os trabalhadores terceirizados pela Petrobrás na Refinaria de Paulínia (Replan) e o SEAAC, os terceirizados pela Universidade de Campinas (Unicamp) por intermédio da Fundação de Apoio à Unicamp (Fucamp).

Se a terceirização nas refinarias brasileiras é facilmente identificada e nomeada, o mesmo não ocorre com o fenômeno da subcontratação dentro das universidades através de suas fundações de apoio. Por isso, um dos principais desafios da tese foi definir, de maneira clara e precisa, o que é terceirização; foi superar, de alguma forma, o emaranhado de definições que os estudos apontavam. Alcançar esse objetivo exigiu uma discussão com a bibliografia produzida nas áreas de Direito e Administração.

O objeto da pesquisa situava minha tese no interior do debate sobre o destino do sindicalismo no período aberto pela reestruturação capitalista e pelas reformas neoliberais. Nas décadas de 1980 e 1990, diversos autores discorreram sobre a crise do movimento sindical e alguns deles chegaram a falar em um declínio histórico irreversível desse movimento. O desemprego, as novas tecnologias, os novos métodos de gestão e a terceirização eram algumas das novidades danosas para o sindicalismo citadas nessas análises. O estudo da atuação sindical de trabalhadores terceirizados poderia contribuir para esse debate. Algumas questões gerais orientaram a elaboração da tese. Os trabalhadores terceirizados seriam sindicalmente ativos? Em caso de resposta afirmativa, quais seriam as características e particularidades do sindicalismo desses trabalhadores? Esse sindicalismo enfrentaria, como a bibliografia apontava para o resto do

movimento sindical, uma situação de crise? De que forma a estrutura sindical corporativa brasileira, que apresenta uma organização institucional bem característica, afetaria o sindicalismo de trabalhadores terceirizados? Quais seriam as formas concretas de ação desses sindicatos? Como a fragmentação dos trabalhadores, oriunda da heterogeneidade dos contratos de trabalho dentro de uma mesma empresa (trabalhadores contratados diretamente pela empresa e trabalhadores subcontratados), afetaria, de fato, a organização sindical dos terceirizados? Em relação ao núcleo central da pesquisa, discutíamos e confrontávamos teses de autores como Ricardo Antunes, Leôncio Martins Rodrigues, Pierre Rosanvallon, Armando Boito Júnior, René Mouriaux, entre outros.

A principal conclusão da tese, intitulada *Terceirização e Ação Sindical: a particularidade da reestruturação do capital no Brasil*, é que existe sim um sindicalismo ativo de trabalhadores terceirizados. Verificamos que a terceirização cria, de fato, obstáculos à ação sindical em virtude da precarização das condições de trabalho, da fragmentação das categorias e da concorrência que enseja entre os trabalhadores. Entretanto, esses obstáculos não são intransponíveis e, em determinadas situações, podem se transformar, até, num fator para a união e a luta dos trabalhadores. Isso é assim devido à complexidade do movimento sindical e dos contextos nos quais esse movimento se forma e intervém. São muitos e de natureza variada os elementos que podem convergir para uma determinada forma de ação sindical: a atuação das lideranças, a história de luta das bases, a estrutura sindical, o contexto econômico, político e social, as escolhas táticas e estratégicas de cada sindicato, entre outros. No caso da nossa pesquisa, tais elementos resultam em dois tipos de ação bastante diferenciados: de um lado, um sindicalismo de característica ofensiva e mobilizadora do Sinticom e, de outro, a ação explicitamente voltada para a conciliação de classes e quase sem a participação dos trabalhadores no caso do SEAAC.

Além de leitura de bibliografia pertinente ao tema, minha pesquisa de doutorado foi realizada também com consulta à documentação e à imprensa sindical e com os dados obtidos graças a 45 entrevistas que realizei, com roteiro de questões semi-dirigidas, junto a trabalhadores, sindicalistas e pesquisadores brasileiros e franceses.

Partes dos resultados dessa pesquisa foram divulgadas em congressos científicos, publicações e conferências: a) apresentação de trabalho no *32º Encontro Anual da ANPOCS* em 2008; no *II e III Seminário de Políticas na América Latina* em 2006 e em 2008 na Universidade Estadual de Londrina (UEL) e no *II Seminário Científico: Teoria Política do Socialismo* em 2008 na Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Marília; b) publicação do artigo: “Afinal, o que é terceirização? Em busca de ferramentas de análise e de ação política”, na revista *Pegada* (Departamento de Geografia da UNESP, Campus de Presidente Prudente) em dezembro

de 2007; c) oferecimento de mini-curso para extensão na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) em 2008; d) quatro conferências ao longo do doutoramento: na Unesp de Presidente Prudente e de Franca; na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) em Nova Iguaçu e na Universidade Estadual de Londrina (UEL).

Atualmente, tenho três textos no prelo que são, também, partes revistas e ampliadas do texto final da tese de doutorado: dois capítulos de livros – um a ser publicado em breve pela editora Boitempo e outro que comporá um livro que reunirá as pesquisas desenvolvidas no âmbito do grupo “Neoliberalismo e classes sociais no Brasil” – e um artigo já aceito pela Revista Estudos de Sociologia, da Unesp de Araraquara.

4. Estágio doutoral em Paris

Entre março de 2005 e fevereiro de 2006 usufruí de uma bolsa sanduíche que me permitiu a realização de um estágio de doutorado na cidade de Paris, sob a orientação do Professor Michel Löwy, vinculado à *École des Hautes Études en Sciences Sociales*. Sob todos os aspectos, passar um ano num outro país, em contato contínuo com outra cultura, outra forma de fazer e pensar a academia e o trabalho intelectual e aprendendo efetivamente uma nova língua, foi uma experiência muito importante na minha formação acadêmica e cultural.

Além da ampla bibliografia lida e recolhida e da participação como aluna ouvinte em seminários de Robert Castel, Oliver Cousin, Nicolas Tertulian, Luc Boltanski, entre outros, produzi os dois textos já citados e publicados na França. Também traduzi um artigo do economista Michel Husson, publicado pela revista Margem Esquerda, e realizei, em conjunto com o professor Marco Aurélio Santana, colega da UFRJ, uma entrevista com René Mouriaux – político da *Fondation Nationale de Science Politique* e renomado especialista na questão sindical. Também entrevistei sindicalistas de três centrais sindicais francesas (*Force Ouvrière*, *CGT* e *SUD-PTT*).

Outro ganho desse período na cidade de Paris foi estabelecer laços intelectuais importantes com os pesquisadores vinculados à revista *Actuel Marx*, em especial, com o economista Gérard Duménil, pesquisador reconhecido do modelo capitalista contemporâneo. Um fruto importante desse laço foi a publicação de uma entrevista, realizada por Henrique Amorim e eu, com Gérard Duménil na revista *Lutas Sociais*, em junho de 2007.

5. Experiência no ensino superior

Entre setembro de 2003 e setembro de 2009 (com um intervalo no ano de 2005 para o estágio de doutorado na França) fui professora no nível superior no Instituto Paulista de Ensino e

Pesquisa (IPEP), uma instituição localizada na cidade de Campinas. Nessa faculdade ministrei um conjunto variado de disciplinas. Interessa destacar que assumi as disciplinas de Sociologia, Metodologia de Pesquisa Científica e de Estágio Supervisionado. A preparação dos cursos de Sociologia e de Metodologia foi uma boa oportunidade para eu aprimorar meus conhecimentos em teoria sociológica. A atividade de Estágio Supervisionado propiciou-me, pela primeira vez, uma experiência próxima ao trabalho de orientação. Ensinar nessa faculdade foi um desafio importante na minha carreira, pois, além de ser o primeiro esforço de sistematização do conhecimento construído na universidade para fins didáticos, ainda tive que trabalhar com as dificuldades advindas do fato de os alunos possuírem formação educacional deficiente. A grande maioria deles era oriunda de escolas públicas da periferia da cidade de Campinas.

6. Os pós-doutoramentos e a experiência docente na pós-graduação

Em setembro de 2009, encerrei, por decisão própria, minha atividade docente no IPEP em Campinas e iniciei um pós-doutoramento. Tomei essa decisão por avaliar que ele representaria uma atividade acadêmica nova e enriquecedora para mim. Esse pós-doutoramento contou com bolsa de estudo concedida pelo Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD), Capes/CNPq, e foi realizado na Universidade Federal da Bahia (UFBA), a convite da professora Maria da Graça Druck. O programa do pós-doutoramento foi bastante intenso, envolvendo três atividades fundamentais: docência, co-coordenação de grupo de pesquisa e desenvolvimento de projeto individual.

O grupo de pesquisa do qual participei está vinculado ao Centro de Recursos Humanos (CRH) da UFBA, núcleo de pesquisa fundado há 40 anos e possuidor de uma das publicações nacionais de maior reconhecimento na área de sociologia, o *Cadernos do CRH*. A pesquisa coletiva, na qual atuei como co-coordenadora, busca – pois ainda em andamento – construir indicadores sociais de precarização do trabalho, tanto quantitativos quanto qualitativos.

No que diz respeito à atividade docente, ministrei, no primeiro semestre de 2009, e em conjunto com o colega, também pós-doutorando, Jair Batista da Silva, a disciplina de Sociologia do Trabalho para alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFBA. Essa disciplina é composta por quatro unidades: “A problemática teórica do trabalho nos autores clássicos da sociologia”, “As transformações históricas dos processos e da organização do trabalho”, “As transformações do trabalho no Brasil” e “Tendências e perspectivas da sociologia do trabalho”. O objetivo do curso era apresentar o debate atual sobre as transformações do trabalho, tendo como ponto de partida a análise conceitual e teórica da categoria trabalho realizada pelos autores clássicos da sociologia. A partir desse primeiro debate, o curso procurou abordar algumas das principais reflexões acerca das mudanças históricas dos

processos, organização e do mercado de trabalho, bem como a atuação das organizações dos trabalhadores diante dos atuais processos de flexibilização e de precarização do trabalho. Numa etapa final o curso abordou a discussão sobre duas das principais tendências e perspectivas observadas nos estudos sobre trabalho hoje: o debate sobre trabalho imaterial e aquele voltado para as classes sociais.

Considero o oferecimento dessa disciplina um marco importante na minha experiência docente, pois, ao contrário do público que eu encontrava no IPEP, os mestrandos e doutorandos em Ciências Sociais dessa importante universidade federal do país possuem uma trajetória de pesquisa relativamente consolidada e, também, formação teórica muito mais sólida.

Com a experiência de docência na pós-graduação e de coordenação conjunta com os professores Graça Druck e Jair Batista do grupo de pesquisa formado por bolsistas de iniciação científica, mestrandos e doutorandos, considero ter ingressado numa fase mais madura da minha carreira acadêmica.

Encerrei o pós-doutoramento na UFBA ao final de um ano, em julho de 2009. Como espera-se de um pós-doutorando em busca de sua inserção profissional, ao longo do ano de 2009 prestei dois concursos nos quais fui aprovada: 3º lugar na Unesp de Araraquara e 2º lugar na Universidade Federal do ABC.

Desde o final do segundo semestre de 2009, venho trabalhando em outro projeto de pós-doutoramento, desta vez, em Ciência Política, na Unicamp. Ele foi aprovado pelo CNPq em fevereiro de 2010 e está em processo de avaliação pela Fapesp. O meu projeto de pesquisa individual para os próximos anos, em consonância com a temática sobre a qual construí minha trajetória intelectual até o presente, é analisar o panorama da atividade sindical para debater uma tese que mobilizou os estudiosos, observadores e ativistas do movimento sindical nas décadas de 1980 e 1990: a tese do declínio do sindicalismo. Naquela época, escreveu-se muito sobre a crise e, em alguns casos, sobre o declínio histórico do movimento sindical. A questão que quero levantar é a seguinte: à luz da atividade sindical na década de 2000, o que podemos, retrospectivamente, dizer sobre aquelas teses? Na década de 2000, o sindicalismo deixou a crise para trás? Podemos afirmar que a atividade sindical da década em curso está desmentindo a tese do declínio histórico do sindicalismo ou não? Uma primeira etapa da pesquisa tratará especificamente do caso brasileiro; posteriormente, pretendo estender a pesquisa para outros países. Em uma previsão inicial, a pesquisa deverá durar cinco anos.

Os primeiros resultados dessa pesquisa foram apresentados no XI Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET), em setembro/outubro de 2009 em co-autoria com Armando Boito Jr. A repercussão desse trabalho originou o convite para duas conferências: uma em novembro de 2009 na Universidade Estadual Paulista (Unesp),

campus de Araraquara, e outra no mesmo mês na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), campus de Nova Iguaçu. Em maio de 2010 recebemos a notícia de que o artigo fora aprovado para publicação pelos *Cadernos do CRH*. Parte dessa pesquisa compôs um artigo mais geral, escrito por Andréia Galvão, Armando Boito Jr. e eu, sobre o movimento sindical e popular no Brasil na década de 2000 – publicado na Revista do Observatório Social da América Latina (OSAL) em 2009. Esse mesmo artigo também será publicado em livro, à convite do Conselho Latino Americano de Ciências Sociais (Clacso), ainda em 2010.

Acredito que a repercussão desse trabalho se deve à sua relativa novidade no debate sobre sindicalismo no Brasil. A partir dos dados divulgados pelo Dieese sobre as greves na década de 2000, defendemos a hipótese de que o sindicalismo permanece como uma força social importante, expressão de interesses organizados dos trabalhadores. Essa hipótese se posiciona contra aquelas teses que apontam para a crise do sindicalismo como um processo terminal².

Meu trabalho de pós-doutoramento é coordenado por Andréia Galvão, pesquisadora de temas relacionados ao sindicalismo e aos movimentos sociais. Nossa cooperação intelectual data de antes da aprovação do projeto pelo CNPq. Atualmente, trabalhamos juntas no grupo de pesquisa “Neoliberalismo e relações de classe no Brasil” – sobre o qual falarei um pouco mais adiante – e em uma pesquisa junto às Centrais Sindicais brasileiras. Trata-se de uma pesquisa realizada durante os congressos sindicais onde buscamos perceber qual é perfil dos delegados que participam dos congressos (nível de escolaridade e renda, profissão, posicionamento político etc.), bem como o perfil das entidades que representam (número de associados, base, tipo de direção etc.). De julho de 2008 à setembro de 2009, três centrais foram pesquisadas com a aplicação de, aproximadamente, 2.000 questionários: Coordenação de Lutas (Conlutas), União Geral dos Trabalhadores (UGT) e Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB). Além de Andréia Galvão e eu, também coordena essa pesquisa Patrícia Trópia, professora do departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

² Dados divulgados pelo Dieese em seus balanços anuais dos anos nos permitem pensar que, pelo menos desde 2004, há uma conjuntura de recuperação da atividade sindical no Brasil. Na base, o número de greves e de grevistas vem se mantendo num patamar relativamente elevado – pouco mais de 300 greves por ano até 2007 e uma média anual de 1,5 milhão de grevistas. No ano de 2008, o ano da crise econômica, esses números saltaram para 411 greves e 2 milhões de grevistas. Além da ação grevista manter-se num nível razoavelmente alto, as greves têm sido, em sua maioria, movimentos por novas conquistas, e não greves para recuperar ou evitar perdas. As reivindicações mais presentes nas greves dos anos 2000 têm sido por ganho real de salário e por conquista ou majoração da Participação nos Lucros e Resultados (PLR). Reduziu-se o número de greves defensivas – por pagamento de salários atrasados, por respeito a direitos já existentes, etc. a grande maioria das greves tem permitido ganhos reais de salários. Outra característica importante das greves da década de 2000 é que elas lograram conquistas salariais importantes: a partir de 2004, o número de acordos salariais com reajuste acima do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) cresceu muito, saltando da faixa de 18 para 54% dos acordos. A partir de então, esse montante continuou crescendo, atingindo a porcentagem impressionante de 87% de acordos com reajuste acima da inflação no ano de 2007. Segundo o Dieese, para o ano de 2008, apurou-se que 88% das categorias lograram assegurar reajustes em patamar igual ou superior à taxa de inflação, índice igual àquele de 2005.

A experiência com essa pesquisa tem sido muito rica e interessante. Isto porque ela implica várias tarefas e desafios: elaboração do instrumento de pesquisa (questionário) para aplicação em massa; coordenação da aplicação dos questionários nos próprios eventos, coordenação e acompanhamento da inserção dos dados; produção de relatórios a partir deles; coordenação de uma equipe de 15 pesquisadores (entre graduandos, mestrands e doutorandos da Unicamp, UFU, UNESP/Araraquara); coordenação da cooperação entre os centros de Pesquisa Cemarx (Centro de Estudos Marxistas) – ao qual pertencem as pesquisadoras-coordenadoras – e Cesop (Centro de Estudos de Opinião Pública) – centro responsável pela inserção dos dados no programa SPSS e pelo armazenamento do banco de dados gerado. Ademais, os dados que estamos recolhendo são bastante relevantes para a compreensão do sindicalismo hoje no Brasil e para a comprovação ou para a refutação da hipótese central do meu pós-doutoramento: a de que o sindicalismo brasileiro entrou em uma fase de recuperação na década de 2000.

Os primeiros resultados dessa pesquisa sobre o perfil das bases sociais das centrais sindicais brasileiras será apresentado no 34º Encontro Nacional da ANPOCS, em outubro de 2010. O objeto específico desse trabalho é a Conlutas; o texto analisa os dados obtidos em seu primeiro Congresso Nacional, ocorrido em 2008 na cidade de Betim (MG).

7. Participação em grupos e projetos de pesquisa

Entendo que o conhecimento deve ser um bem coletivo não só no momento de socialização, mas também no de construção. Não há como lutar por uma universidade pública, gratuita e de qualidade sem uma pré-disposição para a formação e debate constantes. Assim, durante toda minha trajetória estive envolvida com grupos interdisciplinares (na grande área das Ciências Humanas) de pesquisa e de estudo. Cito aqui os que considero os mais importantes deles.

1. Participei do projeto coordenado por Ricardo Antunes, meu orientador de tese, intitulado “As metamorfoses do mundo do trabalho”, do qual resultaram várias publicações, entre as quais, o livro *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*, publicado em 2006 pela Boitempo. Esse livro reúne 25 pesquisadores brasileiros e estrangeiros cujos textos proporcionam ao leitor um panorama abrangente das condições de emprego e trabalho em diversas atividades econômicas no Brasil na última década. Essas análises tocam em assuntos como: as novas questões enfrentadas pelo sindicalismo, problemas relacionados à formação e qualificação profissional, desemprego, políticas neoliberais, entre outras. Desde sua publicação,

em 2006, esse livro já teve duas reimpressões e tem sido referência importante para o assunto; inclusive fora do âmbito das Ciências Sociais *stricto sensu*.

Como grupo de orientação e pesquisa, as atividades mais importantes nele giravam em torno de dois eixos: a) o debate interno dos trabalhos individuais que, ao mesmo tempo em que colaborava com a pesquisa de cada um, também permitia que fôssemos construindo um corpo analítico coeso; e b) o estudo de temas ou obras que fossem de interesse geral das pesquisas. Destaco aqui os debates acerca da metodologia de pesquisa e do método de exposição feitos por Georg Lukács em *Os Princípios Ontológicos Fundamentais de Marx*.

Fui membro desse grupo no período de 1999 a 2004.

2. Participei do Grupo de Pesquisa em “*Teoria das Classes Sociais*” que foi formado no ano de 2000, por um conjunto de pós-graduandos do IFCH-Unicamp, como grupo de estudos e que se consolidou como grupo de pesquisa em 2006.

Numa primeira etapa, o objetivo do grupo era aprofundar o processo de formação em autores e em debates que julgávamos não suficientemente abordados no curso de graduação. Assim, passamos por dois períodos de debates de autores: dois anos estudando a obra de Louis Althusser e igual período dedicado ao estudo da obra de Georg Lukács. Tratou-se de uma experiência intelectual muito instigante e importante para nossa formação teórica. Althusser e Lukács representam, como se sabe, tradições intelectuais bem diferentes e rivais no campo amplo e heterogêneo que é aquele do marxismo. A leitura que Althusser fez da obra de Marx questionou a idéia de sujeito e valorizou a idéia de estrutura, elemento considerado chave para a compreensão da reprodução das formas de organização da vida social. Althusser também estabeleceu uma separação entre os escritos de juventude e a obra de maturidade; separação essa fundada na compreensão de que o Marx maduro teria abandonado a problemática do humanismo teórico. Essa leitura contrasta tanto com o Lukács de *História e consciência de classe*, obra que valoriza a ação de sujeitos históricos (burguesia, proletariado), quanto com o Lukács da *Ontologia do ser social*, obra cuja reflexão sobre o ser genérico do homem seria tributária, para um leitor althusseriano, da problemática do humanismo teórico presente nos textos juvenis de Marx. Não raro, os discípulos e simpatizantes da obra de Lukács ignoram ou conhecem muito superficialmente a obra de Althusser; a recíproca sendo também verdadeira para os discípulos e simpatizantes do marxista francês. No nosso grupo, procuramos estabelecer um cotejo objetivo das duas obras, perguntando-nos sobre fecundidade de cada uma delas e do próprio marxismo para a sociologia contemporânea.

O debate desses autores contou com a contribuição de alguns pesquisadores por nós convidados para seminários: Marcos Nobre, para o debate sobre as noções de classe e

consciência de classe em Lukács; Sérgio Lessa, que conosco debateu as implicações de uma ontologia marxista; Décio Saes e Armando Boito Júnior, sobre a análise do chamado marxismo estrutural.

Numa segunda etapa, esse grupo passou a se dedicar ao debate sobre as teorias das classes sociais. Para tanto, no decorrer dos anos de 2006, 2007 e 2008, a atenção do grupo esteve voltada para a teoria sociológica contemporânea, especialmente Pierre Bourdieu e suas formulações sobre a reprodução e a ação. Algumas das perguntas que nos orientavam eram: existe uma teoria das classes sociais em Bourdieu? Se sim, quais semelhanças e diferenças guarda com os marxismos? A distinção e o papel do poder simbólico poderiam ser contribuições específicas de Bourdieu para uma teoria das classes sociais? Em que medida o conhecimento praxiológico proposto por Bourdieu – aquele que busca apreender a complexa relação entre o plano da ação e práticas subjetivas e o plano das estruturas – é um instrumento importante para a compreensão da composição das classes sociais contemporaneamente? Nessa etapa lemos as seguintes obras de Pierre Bourdieu: *A Economia das Trocas Simbólicas*, *A Distinção*, *O Poder Simbólico*; além de alguns comentadores.

Tal como no grupo coordenado por Ricardo Antunes, neste também tínhamos como prática discutir nossos próprios trabalhos: dissertações e teses no período anterior às defesas, projetos de doutorado e pós-doutorado e publicações. Creio que essa prática da leitura rigorosa, atenta e detalhada dos textos dos colegas, muito contribuiu para a compreensão do que é um trabalho de arguição. A experiência que adquiri com essa atividade me foi muito útil na arguição formal nas quatro bancas nas quais fui membro (uma defesa de mestrado e três qualificações – duas de mestrado e uma de doutorado).

Permaneci nesse grupo entre os anos de 2000 e 2008, até minha saída para o pós-doutoramento.

3. Participo atualmente do Grupo de Pesquisa *Neoliberalismo e Classes Sociais no Brasil*, coordenado por Armando Boito Júnior e Andréia Galvão e sediado no IFCH-Unicamp. Financiado pela Fapesp como “Projeto Temático”, os estudos nesse grupo têm por objetivo analisar o processo político e os conflitos sociais que tiveram como resultado a implantação do modelo capitalista neoliberal no Brasil, os efeitos da política neoliberal sobre os diferentes setores sociais envolvidos nesse processo e a posição econômica e política que tais setores ocupam no novo modelo econômico e na estrutura de poder vigente no país. A hipótese da pesquisa é que tal processo deve ser analisado, principalmente, como a resultante de conflitos de classes, frações de classe e camadas sociais, nas condições dadas por um país dependente semi-industrializado que transitava de um regime de ditadura militar para um regime democrático.

Meu projeto de pós-doutoramento compõe esse projeto maior. Acredito que um dos pontos fortes de um projeto temático tal como estruturamos o nosso é o fato de que não há competição entre o projeto coletivo e os projetos individuais. Pelo contrário, o bom desenvolvimento do projeto temático requer, antes de tudo, que a pesquisa de cada um dos seus membros tenha sucesso. O projeto envolve pesquisadores de três universidades do estado de São Paulo: Unicamp (a sede), USP e Unesp-Araraquara. Esse grupo de pesquisa mantém também uma cooperação acadêmica com professores das universidades francesas de Lyon e de Marseille, na França: Paul Bouffartigue e Sophie Bérout.

Pertenço a esse grupo de pesquisa desde março de 2006.

Esses três grupos possuem ou possuíam uma característica comum que me interessa: não pregam nem trabalham com o ecletismo intelectual – postura, no mais das vezes, populista e pouco profícua –, mas valorizam o debate aberto e a apropriação crítica das idéias. Ademais, a eles devo parte importante da minha formação, inclusive em teoria sociológica, nesse momento particular que é a pós-graduação onde, se não são tomados os devidos cuidados, passa-se a maior parte do tempo mergulhado exclusivamente na própria pesquisa.

8. Outras atividades acadêmicas

Em 2006, passei a integrar o Centro de Estudos Marxistas (Cemarx) do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, na condição de pesquisadora e, posteriormente, passei à condição de integrante do Conselho desse centro. A motivação que me levou a procurar inserção no Cemarx tem a mesma natureza que aquela que me fez buscar os grupos de estudo: a possibilidade de construção de conhecimento de forma coletiva, a busca do avanço teórico e do refinamento das minhas elaborações sociológicas.

A participação no Cemarx propiciou-me também experiência de organizar eventos, em especial as edições do Colóquio Internacional Marx & Engels. Graças à participação efetiva na elaboração do programa intelectual do Colóquio, na seleção dos trabalhos inscritos e na escolha de conferencistas pude apurar os critérios de organização e de avaliação do trabalho acadêmico e desenvolver habilidades práticas na organização de grandes eventos – o Colóquio Internacional Marx & Engels tem recebido a inscrição de cerca de 400 trabalhos, provenientes de todos os Estados do Brasil e do exterior, dos quais, em média, são selecionados 150 para apresentação no evento. Tendo em vista as várias exigências da vida acadêmica hoje, considero essa uma atividade importante no meu percurso.

A participação na organização dos colóquios Marx Engels também me propiciou uma experiência inédita em termos de publicação: a organização de um livro. Ainda este ano será publicado o livro *Pesquisas e Debates Marxistas*. Organizado por Luciana Aliaga, Henrique Amorim e eu, o livro é uma reunião de trabalhos escolhidos entre as conferências e comunicações do V Colóquio Marx Engels, de 2007.

A ampliação da minha experiência de organização e de avaliação do trabalho acadêmico também tem sido propiciada pela participação nos conselhos editoriais das seguintes publicações periódicas: *Crítica Marxista*, *Margem Esquerda*, *Lutas & Resistências* e *Cadernos do Cemarx*. Além dessas publicações já relativamente consolidadas, no mês de junho de 2009 fui convidada a compor o conselho editorial da *Revista de Educação Técnica e Tecnológica em Ciências Agrícolas*, publicação nascente na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). A atividade de parecerista dessas publicações propicia experiência e integração às atividades das ciências sociais do nosso país.

Atuo também como parecerista de projetos de pesquisa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) e da Universidade Estadual da Bahia (UNEB).

9. Atividade acadêmico-administrativa

Uma outra experiência de trabalho que vale a pena ser ressaltada neste memorial é a elaboração de dois relatórios de avaliação anual da pós-graduação (2002 e 2003) da Capes (Datacapes) – do Curso de Mestrado em Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Demografia, ambos da Unicamp – e o relatório técnico-acadêmico para o projeto de implementação do Doutorado em Sociologia (Capes – SNPG) da mesma universidade em meados de 2003. O projeto foi bem-sucedido e o Doutorado em Sociologia da Unicamp começou a funcionar no ano de 2004, já com nota 5,0 na avaliação da Capes. Ter sido a responsável técnica por esses relatórios me fez compreender melhor o funcionamento dos programas de pós-graduação e os critérios e exigências da Capes para com eles. Exigências essas que, progressivamente, estão envolvendo a graduação. Com a elaboração desses relatórios pude também ver a importância institucional de um bom trabalho de conjunto, bem como o peso que os grupos de pesquisa e sua produção intelectual têm na avaliação dos programas.

10. Considerações finais

Uma última palavra sobre a decisão de prestar esse concurso: associar o trabalho de docência e pesquisa numa instituição que está entre as melhores do mundo e que é o berço da sociologia no Brasil deve ser a aspiração de um contingente enorme de pesquisadores na minha

condição. O desafio numa instituição como a USP me parece ser manter o nível de qualidade já amplamente reconhecido, através do desenvolvimento das linhas de pesquisa do departamento e do compromisso com a produção científica de qualidade. Creio que tenho condições de assumir os desafios que um projeto como esse impõe.